

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudo de América Latina e Caribe

Bolsista: Priscila da Silva Gouveia

Linha de Pesquisa: Observatório de Direitos Humanos

Período de Coleta: 01 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020

Data: **03/01/2020**

Título: **Risco à liberdade de expressão: Bolsonaro fez 116 ataques à imprensa em 2019**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/62436/risco-a-liberdade-de-expressao-bolsonaro-fez-116-ataques-a-imprensa-em-2019>

Os números são assustadores – o que torna ainda mais incompreensível a postura da mídia monopolista de apoiar, mesmo que parcialmente, as políticas do governo fascistizante. Segundo o levantamento, o ano de 2019 se encerrou com 116 agressões à jornalistas e veículos de comunicação. Um ataque a cada três dias do primeiro ano de existência desse regime autoritário.

De acordo com o monitoramento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), foram 11 agressões diretas e 105 ações para desacreditar a mídia. Mesmo o mês de dezembro, que costuma ser mais ameno em função das festas e do recesso dos poderes públicos, “registrou cinco ataques, todos classificados como tentativas de descredibilização da imprensa. Quatro deles foram pelo Twitter. No dia 13 de dezembro, por exemplo, o perfil oficial do presidente postou uma capa de jornal do dia, acompanhada do comentário: “A rendição da imprensa. O Brasil vai bem, apesar dela. Bom dia a todos”.

A entidade explica que esse monitoramento “inclui apenas pronunciamentos registrados por escrito nos meios oficiais do presidente, que são o Twitter e as entrevistas e discursos transcritos no site do Planalto. Por isso, o número de ataques ao jornalismo é ainda maior do que o já verificado até aqui”. Ela lembra que no dia 20 de dezembro, Jair Bolsonaro fez violentos ataques a jornalistas em entrevista na portaria do Palácio da Alvorada. As agressões foram de caráter pessoal e com forte teor homofóbico.

“No mesmo dia, em nota, a Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal ressaltaram que os ataques tentavam desviar denúncias que ligam sua família e amigos a atividades criminosas.

Também apelaram às redações que reavaliem a decisão de deslocar repórteres para cobrir entrada e saída do Palácio da Alvorada, onde os jornalistas dividem espaço com apoiadores do presidente, que constantemente ameaçam os profissionais... Quando um chefe de Estado ataca sistematicamente profissionais e veículos de imprensa, incentiva que seus apoiadores façam o mesmo, inclusive com intimidação, ameaças e até agressões.

Bolsonaro potencializa a agressividade contra jornalistas, e com isso afronta os valores democráticos”, afirma Maria José Braga, presidenta da Fenaj.

Data: **05/01/2020**

Título: **Letalidade da polícia de São Paulo aumenta 46% em 20 anos**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/05/letalidade-da-policia-de-sao-paulo-aumenta-46-em-20-anos/>

O ouvidor das Polícias do Estado de São Paulo, Benedito Mariano, criticou o aumento exponencial da letalidade da Polícia Militar nos últimos anos. De acordo com levantamento da própria corporação, nos últimos 20 anos, o número de mortes de civis pela PM cresceu 46%. “Não há política objetiva, mecanismos claros de enfrentamento à letalidade”, disse em entrevista à **Rádio Brasil Atual**.

Segundo Mariano, o órgão apresentou ao governo Doria em fevereiro do ano passado – ainda sem resultado – um projeto de decreto que transfere para o órgão corregedor a responsabilidade pelas investigações de mortes de civis por policiais. O ouvidor alerta ainda na entrevista para a gravidade da situação de saúde psíquica que afeta a carreira policial. E cita pesquisa dos anos de 2017 e 2018 que aponta o suicídio como maior causa de morte de policiais civis no estado e segunda maior de policiais militares. “Não há suporte para acompanhamento de saúde mental na polícia civil, em mais de 100 anos”, afirma.

Primeiro a ocupar o cargo de ouvidor, criado em 1995, durante o mandato do ex-governador Mario Covas (PSDB), Mariano afirma que, depois do tucano (morto em 2001, durante seu segundo mandato), nada se fez para reduzir a letalidade da polícia. Para ele, os números são “provas inequívocas de que o período do governador Mario Covas foi o período em que houve maior controle da letalidade. Se pegarmos os primeiros quatro anos, de 1995 a 1998, a diferença de 2014 a 2017 é de 75%”, disse.

“Havia mecanismos implantados que contribuíram para diminuir a letalidade. Neste período, a PM e a PC eram maiores do que é hoje. Foi adotado uma política de afastar policiais envolvidos em ocorrências de letalidade para serviço administrativo e acompanhamento psicológico. Essa medida teve uma influência muito grande”, completou. Tal mecanismo, de acordo com o ouvidor, foi definindo nos últimos anos.

O panorama de violência tende a seguir em escalada, afirma Mariano. “O ano em que houve maior número de civis mortos pela polícia foi 2017 com 940 pessoas mortas. O governador era Alckmin. Em 2018 diminuiu para 850 e tudo indica que 2019 chegue próximo ou ultrapasse 2017”, completou.

“Eu espero que ainda no início deste ano o governador (João Doria) leve em conta a sugestão da Ouvidoria, que fez uma minuta de decreto em fevereiro do ano passado para centralizar no órgão corregedor os Inquéritos Policiais Militares e investigações de mortes de civis”, diz o ouvidor.

Data: **06/01/2020**

Título: **Galeria Prestes Maia, em São Paulo, será transformada em Museu dos Direitos Humanos**

Fonte: <https://revistaforum.com.br>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/galeria-prestes-maia-em-sao-paulo-sera-transformada-em-museu-dos-direitos-humanos/>

A Galeria Prestes Maia, ponto marcante do centro de São Paulo, será restaurada e transformada em Museu da Cidadania dos Direitos Humanos. A Galeria completa 80 anos em 2020 e o projeto será anunciado pela gestão de Bruno Covas (PSDB).

O projeto inclui o restauro e reforma do monumento, além da construção de um elevador da calçada do Viaduto do Chá. O estudo conceitual do projeto é do arquiteto Marcos Cartum, diretor do Museu da Cidade, que se reuniu, em setembro, com representantes do Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile, que será uma das inspirações.

Segundo a descrição do projeto, “será um espaço destinado a dar visibilidade à história das lutas e conquistas pelos direitos civis no Brasil, com foco nos fatos ocorridos na cidade de São Paulo”.

O Museu deve construir um espaço expositivo, focado nos caminhos da construção cidadania e o enfrentamento das suas violações.

Data: **08/01/2019**

Título: **Cuba: A vanguarda política no segundo país com mais presença feminina no Parlamento**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/62521/cuba-a-vanguarda-politica-no-segundo-pais-com-mais-presenca-feminina-no-parlamento>

O parlamento cubano está no segundo lugar mundial no que se refere à representação feminina, que ocupa 53,22% das cadeiras na Assembleia Nacional.

Não sempre foi assim, apesar de as mulheres na ilha sempre ter tido uma participação ativa nas batalhas sociais e pela independência, desde suas origens.

Pelas mãos de Emilia Teurbe Tolón foi costurada a primeira bandeira cubana, a da estrela solitária, em 1849.

Ana Betancourt foi uma patriota contra o colonialismo espanhol e pioneira da redenção da mulher.

Diante da Assembleia de Guáimaro, congresso da República em Armas, proclamou em 1869:

"Cidadãos: a mulher cubana no canto obscuro e tranquilo do lar esperava paciente e resignada esta hora sublime em que uma revolução justa rompa o jugo e lhe desata as asas. Aqui tudo era escravo, o berço, a cor e o sexo".

"Vocês querem destruir a escravatura do berço brigando até morrer. Devem destruir a escravatura da cor emancipando o servo. Eis que chegou o momento de libertar a mulher!", concluiu.

Antecipava-se a camagüeyana às lutas pela emancipação da mulher, protagonista da história pátria.

O 1º Congresso Nacional de Mulheres, celebrado em Havana em abril de 1923, marcou uma meta na história do feminismo cubano, marcado pela conjunção de movimentos sociais em que convergiam intelectuais, estudantes, operários, comunistas, veteranos das guerras de independência.

Ali levantaram-se vozes em favor do voto das cubanas e na defesa de seus direitos na vida social e trabalhista.

A igualdade de gênero, os direitos políticos delas, estavam na agenda de associações feministas durante o processo revolucionário dos anos 30, que seguiu à queda do tirano Gerardo Machado.

Em janeiro de 1934, pela primeira vez na ilha, as mulheres obtiveram o direito a votar e serem eleitas.

Essa foi uma das tantas medidas progressistas e revolucionárias para a época, tomadas no denominado Governo dos Cem Dias, cujo secretário de Governo, Guerra e Marinha, Antonio Guiteras, propiciou decisões de caráter popular, agrário, revolucionário e anti-imperialista.

Anos mais tarde, a Constituição do 1940 reconheceria que "todos os cubanos são iguais ante a lei", e declarava "ilegal e punível toda discriminação por motivo de sexo, raça, cor ou classe e qualquer outra lesiva à dignidade humana".

Mas a aprovação das leis complementares tornou-se desafio ante a desleixo governamental.

As mulheres, entretanto, continuaram sendo protagonistas na batalha popular, sobretudo no apoio ao processo revolucionário iniciado por Fidel Castro com o assalto ao quartel Moncada, em julho de 1953. A revolução teve como heroínas mulheres da altura de Haydee Santamaría e Melba Hernández.

Era a alvorada da guerra final contra a tirania de Fulgencio Batista, que teve da Serra Maestra mulheres da envergadura de Celia Sánchez, Vilma Espín, e Delsa Esther (Teté Puebla), que foi membro do pelotão feminino "As Marianas" e a única mulher a atingir o grau de General de Brigada.

A Revolução Cubana, que triunfou em 1º de janeiro de 1959, empoderou as mulheres como nunca antes na história do país.

"Estamos presentes em cada setor da nossa economia e somos uma força imprescindível para garantir o desenvolvimento próspero da nação", assegurou em dezembro a segunda secretária do Comitê Nacional da Federação de Mulheres Cubanas, Arelys Santana.

A declaração foi feita durante um debate parlamentar que abordou a participação das mulheres na atualização do modelo econômico e social.

"As cubanas têm um nível elevado de instrução e de qualificação profissional, destacam-se nas ciências, na inovação tecnológica, nos trabalhos agrícolas, nos diferentes tipos de gerenciamento econômico", assegurou Santana.

Essa presença é a cada vez mais notável, pois as cifras da participação feminina nos setores da economia da Ilha continuam em ascensão. "Marcamos uma diferença substancial com a realidade de outros países. As leis trabalhistas para a mulher em Cuba figuram entre as mais avançadas do mundo", acrescentou.

Mais de 66% dos profissionais e técnicos na ilha são mulheres, e 83% das trabalhadoras cubanas têm nível educacional entre médio e superior.

Além disso, o voto feminino foi decisivo na aprovação da nova Constituição cubana no referendo popular realizado em fevereiro de 2019 e também em importantes decisões como a eleição dos principais cargos do país, incluído o presidente da República, Miguel Díaz-Canel, na Assembleia Nacional do Poder Popular em 10 de outubro do ano passado.

Data: **10/01/2020**

Título: **Entregadores de aplicativo bloqueiam avenidas em Fortaleza em protesto**

Fonte: <https://revistaforum.com.br>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/entregadores-de-aplicativo-bloqueiam-avenidas-em-fortaleza-em-protesto/>

Entregadores de aplicativo bloquearam ruas e avenidas de Fortaleza nessa segunda-feira (7). A manifestação começou perto das 11h e durou até cerca de 13h30, quando a Avenida Dom Luís foi desobstruída.

De acordo com os manifestantes, o motivo do protesto foi um acidente sofrido por um motoqueiro no último domingo (5). Nalton Andrade, entregador cadastrado em aplicativo, disse que a manifestação foi um clamor por justiça. “Nós queremos justiça pelo que aconteceu com nosso colega motociclista. Ele foi atropelado e nada foi feito. O motorista foi liberado. Foi ontem, lá no Bairro de Fátima”, disse ele.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública (SSPDS), um carro bateu em uma motocicleta na noite de domingo e o motorista do carro fugiu, deixando o motociclista acidentado na via, mas uma ambulância socorreu a vítima. A polícia investiga o caso.

Já houve protestos de motociclistas e entregadores em algumas cidades do Brasil, como São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, reivindicando mais segurança e melhores condições de pagamento.

Data: **10/01/2020**

Título: **Em um ano, Bolsonaro exclui 1 milhão de famílias do Bolsa Família**

Fonte: <https://revistaforum.com.br>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/em-um-ano-bolsonaro-exclui-1-milhao-de-familias-do-bolsa-familia/>

Em um ano, o governo de Jair Bolsonaro excluiu do programa Bolsa Família um milhão de famílias. No primeiro semestre de 2019 eram 14,3 milhões de famílias, número que caiu para 13,5 milhões em setembro. A expulsão dessas famílias ocorreu no mesmo período em que a situação econômica do país caminhou ainda mais para trás e a vulnerabilidade social aumentou.

“Em 2019 voltamos ao patamar de nove anos atrás, de 2010. Só que hoje a economia vai mal, o desemprego é o dobro do que era há 9 anos, com muita precarização. Nesse cenário, um milhão de famílias que se enquadram nos requisitos do programa estão fora, tentando entrar, mas o programa está congelado”, afirma a ex-ministra do Desenvolvimento Social no governo de Dilma Rousseff (PT), a economista Tereza Campello.

Na sua avaliação, com as mudanças anunciadas ontem (8), o governo pretende é aumentar a exclusão de famílias. “Excluir ainda mais a população cada vez mais empobrecida, que está sem trabalho, fazendo bico, com a comida mais cara. Estamos falando de tirar dessas famílias R\$ 190, o que faz muita falta. O que esse governo precisa é criar empregos”.

A ex-ministra chama a atenção também para o fim de políticas articuladas com o Bolsa Família, como o Programa de Aquisição de Alimentos, para construção de cisternas e o Pronatec, que permitiam a emancipação de muitas famílias.

“No comando do Bolsa Família desde o governo de Michel Temer, o ministro Osmar Terra falou diversas vezes que havia zerado a fila de ingresso no programa, porém sem mostrar os números. Mas o que se sabe é que a porta está fechada para um milhão de famílias”, ressaltou.

Em 9 de janeiro de 2004, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.836/2004, que criou o Bolsa Família – maior programa de transferência de renda do mundo. O programa é resultado de debates com sociedade civil, ativistas e especialistas, a partir da experiência do programa Fome Zero.

Até o final de 2014, foram atendidas 14 milhões de famílias, o que permitiu retirar da miséria 36 milhões de pessoas. Em 2014, foram inseridos no mercado de trabalho 75% dos beneficiados, e 1,69 milhão de famílias procuraram voluntariamente os centros de referência em assistência social para abrir mão do benefício, pois já teriam elevado sua renda.

Data: **13/01/2020**

Título: **A falta de representatividade de gênero e raça nas prefeituras ainda é um problema no Brasil**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/62594/a-falta-de-representatividade-de-genero-e-raca-nas-prefeituras-ainda-e-um-problema-no-brasil>

Daqui a pouco mais de nove meses os brasileiros voltam às urnas para as eleições municipais. No pleito de 4 de outubro, prefeitos e vereadores serão escolhidos para um mandato de mais quatro anos em todos os municípios do país. Mas, se as eleições gerais de 2018 trouxeram uma leve esperança rumo à equidade de gênero, com aumento de deputadas federais, o caminho a ser percorrido na instância municipal ainda é grande.

Levantamento da *Gênero e Número* com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram o cenário após as eleições municipais de 2016 e quanto cada unidade federativa tem que avançar para diminuir a desproporcionalidade entre homens e mulheres eleitas. Apenas 12% dos municípios elegeram uma mulher para comandar o executivo municipal.

O estado com menor proporção de mulheres eleitas prefeitas foi o Espírito Santo. No mandato que termina este ano, apenas quatro dos 78 municípios tiveram prefeitas; uma proporção de 5%. Na outra ponta, 47 municípios do Rio Grande do Norte elegeram mulheres para comandar as prefeituras, o que o transformou no estado com a maior

proporção de mulheres no executivo municipal: 28%. Dois anos depois, o Rio Grande do Norte foi o único estado brasileiro com a única mulher eleita governadora: Fátima Bezerra (PT).

Destacam-se na baixa representação de mulheres no cargo os estados do Sul e Sudeste. Nenhum destes passa dos 10% de proporção de prefeitas entre o total de municípios. Entre os seis estados com menor proporção de mulheres eleitas estão os três da região Sul, sendo que o Rio Grande do Sul fica imediatamente após o Espírito Santo, com 6% dos municípios comandados por mulheres.

A diferença entre o tamanho dos estados interfere diretamente na proporção. Em números absolutos, o Acre foi o estado que elegeu menos mulheres: apenas duas, nos municípios de Brasiléia e Tarauacá. Mas entre os 22 municípios, o número representa 9% do total.

Em Roraima, estado com o menor número de municípios do país (15), mulheres foram eleitas em três deles: Caracaraí, Boa Vista e Amajari. É o estado com uma das maiores proporções: 20% dos municípios comandados por prefeitas.

Entre os estados com maior número de municípios, chama a atenção a baixa proporcionalidade. Minas Gerais elegeu 66 mulheres para prefeituras, mas diante dos 853 municípios, a proporção fica em apenas 7,7%. O mesmo se aplica em São Paulo, com 64 prefeitas entre os 645 municípios e uma proporção de 9,9%

Data: **14/01/2019**

Título: **A “uberização” do trabalho: motorista de aplicativo não é empreendedor**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/01/14/a-uberizacao-do-trabalho-motorista-de-aplicativo-nao-e-empreendedor/>

Um motorista de aplicativo é um empreendedor ou um trabalhador em uma situação precarizada? O debate, estimulado por uma matéria do programa Fantástico, da TV Globo, tomou a internet desde a noite de domingo (12). De um lado, os que dizem que os motoristas são explorados pelas empresas. De outro, os que consideram que são donos do próprio negócio.

Considerar a “uberização” do trabalho como um processo empreendedor é uma deturpação do conceito de empreendedorismo. Na realidade, motoristas de aplicativos sequer podem ser considerados uma “nova classe” de profissionais. Segundo Clemente Ganz, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), eles não são empreendedores, tampouco se enquadram nas formas mais “clássicas” de trabalho.

“É uma situação anômala a tudo aquilo que relacionamos com trabalho. O motorista não é exatamente um autônomo, pois não há vínculo. Também não entra na relação assalariada clássica. Diria que é a expressão das novas ocupações, que precisam ser interpretadas no contexto atual, com cenário de forte desocupação”, afirma Clemente.

Segundo ele, a associação do termo ao empreendedorismo tem cunho político, pois transfere a responsabilidade da empregabilidade para o trabalhador. “É a pessoa dizendo para o desocupado: ‘Vire-se para gerar um posto de trabalho’. Então, fala em empreender – quando, na verdade, ele não tem controle algum. Não controla preço, não controla que passageiros vai pegar. Quem define é o aplicativo. Que autonomia ele tem? Empreendedor tem de ter autonomia.”

Para Marcus Quintella, coordenador do MBA de Empreendedorismo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a classificação do motorista de aplicativo como empreendedor não se sustenta. A razão: empreendedor é alguém que cria um negócio e pretende perpetuá-lo.

“O aplicativo já é um negócio estabelecido. Ele [o motorista] não criou nada, não está empreendendo, arriscando”, diz Quintella. “Na grande maioria dos casos, aliás, esta opção vem como algo temporário. Ele está ali por certa razão, mas não pretende perpetuar [a situação], não quer estruturar um negócio. Logo, não é empreendedor.”

Usar o termo empreendedorismo, para ele, é fruto de uma confusão de conceitos. “Empreendedor é alguém que monta um projeto, cria a empresa, assume o risco, investe e perpetua o seu negócio. Assim que ele der certo, vira empresário. Empreendedor é esta fase”, disse. O empreendedorismo, segundo ele, compreende um tempo em que só há investimento, sem lucro.

Quintella explica: “Qual é o empreendedor que instantaneamente começa a faturar dinheiro de um dia para o outro? Eu não conheço. Você tem de recuperar capital. No aplicativo, se começar hoje, amanhã o dinheiro está na conta. É mais uma maneira de sobrevivência, de renda instantânea, não de empreendedorismo”.

Para Wilson Amorim, professor de Administração da FEA-USP, o risco assumido pelos motoristas não se equipara ao de ter um negócio. “Eles não correm o risco de um empreendedor. Correm os riscos de quem está no mercado de trabalho. É um risco de ocupação, não de negócio”, compara. É o que ele chama de “fluxo de trabalho”: alguém tem um emprego estável e, em meio à crise, perde e não consegue retomá-lo. Esta pessoa procura, então, uma modalidade que lhe sustente.

“O aplicativo oferece trabalho a quem quiser contratar este trabalho. Em um momento de crise profunda no mercado, com mudanças na legislação trabalhista, ele adere [ao serviço]. Mas não tenho dúvida que é uma pequena minoria [de motoristas] que faz porque gosta ou porque trabalha a hora que quiser. Eles fazem porque precisam, diferentemente do empreendedor”, diz Amorim.

O debate sobre a relação da Uber com os motoristas é pauta nos tribunais trabalhistas do mundo todo. Na Califórnia (EUA), a Justiça obrigou o aplicativo a considerar os motoristas como funcionários. No Brasil, houve decisões nesse sentido, mas o STJ (Superior Tribunal de Justiça) sustenta que o motorista não tem vínculo com a empresa – o que pode forçar a interpretação de empreendedorismo.

“Pelo mundo, a questão ainda está sendo debatida”, afirmou Ivandick Rodrigues, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. “Acho difícil falar como empreendedor porque quem não tem os meios de produção – como teria o dono de um negócio – é empregado. E o motorista não tem essas liberdades: é o aplicativo que define sua forma de prestar serviço e o preço a ser cobrado por ele.”

Além disso, o cliente tem o serviço prestado pelo motorista, mas lida apenas com a empresa. “Se você vai reclamar, reclama para quem? Quando você paga, paga para quem? Para o aplicativo”, diz Ivandick. “Logo, lembra mais relações de emprego entre motorista e empresa do que empreendedorismo.”

Data: **15/01/2020**

Título: **HRW denuncia avanços contra direitos humanos no Brasil**

Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://operamundi.uol.com.br/meio-ambiente/62618/hrw-denuncia-avancos-contra-direitos-humanos-no-brasil>

Durante seu primeiro ano de governo, o presidente Jair Bolsonaro adotou políticas que infringem os direitos humanos em questões relacionadas ao meio ambiente e à segurança pública, denunciou a Human Rights Watch (HRW) em seu relatório mundial nesta terça-feira (14/01). Segundo a ONG, essas medidas colocaram em risco populações mais vulneráveis. No capítulo dedicado ao Brasil, a HRW argumenta que a situação dos direitos humanos no país só não se deteriorou mais devido à ação de tribunais e do Congresso, que bloquearam algumas políticas que prejudicariam indígenas, homossexuais e pobres, que são os grupos mais vulneráveis à violência.

O relatório critica também o governo brasileiro por dar "carta branca" às redes criminosas que "destroem" a Amazônia, uma questão considerada não somente ambiental, mas um "problema gravíssimo de segurança pública". O documento cita dados que mostram o aumento do desmatamento em 2019 na região e pede que as autoridades combatam esses criminosos.

"Sem nenhuma prova, o governo tem culpado ONGs, voluntários brigadistas e povos indígenas pelos incêndios na Amazônia e, ao mesmo tempo, fracassado em agir contra as redes criminosas que estão derrubando árvores e queimando a floresta para dar lugar à

criação de gado e agricultura, ameaçando e atacando aqueles que estão no caminho", afirmou a diretora da Human Rights Watch no Brasil, Maria Laura Canineu.

A diretora ressalta ainda que os ataques de Bolsonaro às agências de controle ambiental colocam em risco a Amazônia e seus defensores. Canineu enfatizou a necessidade de o ministro da Justiça, Sergio Moro, liderar uma "resposta enérgica para dismantelar as redes criminosas que lucram com a exploração ilegal de madeira e atacam defensores da floresta".

O relatório acusa também o governo de enfraquecer os esforços para a prevenção de tortura e criticou a iniciativa do presidente de enviar ao Congresso um projeto de para suspender a sentença de agentes de segurança acusados de homicídio se tivessem agido por "escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

O documento lembra que houve uma queda de 11% no número de mortes violentas no país em 2018, no entanto, ainda há altos índices de criminalidade.

"Os abusos policiais dificultam o combate à criminalidade porque desencorajam as comunidades a denunciarem crimes ou a cooperarem com as investigações. Esses abusos contribuem para um ciclo de violência que prejudica a segurança pública e põe em risco a vida da população em geral e dos próprios policiais", ressalta o texto, acrescentando que 343 policiais foram mortos em 2018, sendo que dois terços deles estavam fora de serviço.

Outro dado citado no relatório que aborda a situação dos direitos humanos em mais de cem países é referente às mortes cometidas por agentes de segurança, que aumentaram 20% em 2018, chegando a 6.220.

A organização mostrou preocupação com a violência de gênero, um "problema crônico" no país, com quase um milhão de casos de violência doméstica aguardando julgamento em 2018, e com declarações homofóbicas feitas pelo presidente, além de tentativas de restringir os direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT).

Outros problemas mencionados são os ataques realizados por Bolsonaro contra a imprensa e organizações da sociedade civil, os elogios feitos a ditaduras e a tentativa de restringir o acesso das crianças a uma educação sexual abrangente.

No final da análise, a HRW destaca o alerta da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Michelle Bachelet, sobre o enfraquecimento dos direitos humanos no Brasil e a crítica feita por diplomatas brasileiros a uma resolução da ONU sobre violência contra as mulheres que incluía a referência "acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutivos". Os representantes do governo alegaram que a frase daria margem ao aborto.

Data: 17/01/2020

Título: Argentina: sem provas, ativista indígena Milagro Sala continua presa após 4 anos

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/62664/argentina-sem-provas-ativista-indigena-milagro-sala-continua-presa-apos-4-anos>

A dirigente social do movimento TupacAmaru de Jujuy, Milagro Sala, cumpre hoje quatro anos de detenção ilegal disposta pelo governador de Jujuy, Gerardo Morales, da direita aliança Cambiemos, apesar das resoluções de organismos internacionais em favor de sua libertação, que a justiça dependente da governação de Jujuy e do governo do ex-presidente Mauricio Macri, nunca cumpriu.

Há quatro anos, pouco tempo depois de sua chegada ao governo, Morales, da União Cívica Radical (UCR), partido centenário que hoje está dividido e praticamente desaparecido em sua identidade pela aliança com a ultradireitista Proposta Republicana, de Macri, ordenou a detenção de Milagro Sala, acusando-a por um protesto pacífico que se realizava na praça em frente à sede do governo, a raiz de despedidas e fechamento de cooperativas de trabalhadores.

Estas medidas tendiam a fazer desaparecer a obra de construção de milhares de casas para os mais pobres de uma província que se caracteriza por suas altas cifras de indigência e pobreza, além do abandono das comunidades indígenas. Com a ajuda do governo de Cristina Fernández de Kirchner, a cooperativa dirigida por Milagro Sala, construiu bairros com casas levantadas por aqueles que iam habitá-las e também escolas, centros de saúde, lugares para esportes, que nunca haviam tido os pobres de Jujuy, uma província manejada feudalmente. Isto teve uma grande repercussão internacional.

Apesar de todo este trabalho que mudou a vida de milhares de pessoas nessa província, Sala foi mantida junto com outras companheiras em prisão preventiva e para impedir sua liberdade, os juízes, abertamente aliados a Morales começaram a criar uma série de acusações, sem provas, violando o estado de direito, como sucedeu no país nos últimos quatro anos.

Desta maneira produziu-se “um despegue de acusações judiciais e um contexto de vulneração da independência judicial destinados a sustentar a privação de liberdade de Sala de maneira indefinida” assinala em um comunicado a Anistia Internacional (AI) como surge de um documento do Grupo sobre a Detenção Arbitrária das Nações Unidas, de outubro de 2016.

Também a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenaram à Argentina adotar medidas de proteção para garantir a vida, a integridade pessoal e a saúde de Sala, o que foi reafirmado em agosto de 2018 pela Corte Suprema de Justiça, recordou a AI.

Diante das exigências dos organismos, Sala foi enviada por um tempo a uma casa semidestruída, não à sua como mandava a lei, rodeada de alambradas e gendarmes para os quais tinha que se mostrar a cada dia.

Neste momento está detida em sua casa, mas sempre sob estrita vigilância. Outros continuam na prisão e algumas de suas companheiras estão na mesma situação de Milagro, o que é ilegal e violador dos direitos humanos. A maioria está seriamente afetada em sua saúde pelo brutal tratamento recebido na prisão.

Ontem começou uma vigília que durou até hoje no Obelisco, em pleno centro desta Capital convocada pelo Comitê pela liberdade de Milagro Sala e de outros detidos políticos.

Cada vez que se vence a prisão preventiva por ordem de Morales os juízes encontravam a forma de prorrogá-la como até agora. “Resulta inadmissível que o exercício da liberdade de expressão na Argentina seja matéria de perseguição penal. O Estado deve prestar contas das violações aos direitos humanos em contextos de exercício do protesto social”, concluiu Anistia em seu comunicado.

Em entrevista em Salta para *Página 12*, Milagro Sala que continua sua luta capacitando companheiros e escrevendo um livro, se considerou como uma “refém política” do governo de Morales, que está na mira por sua participação no golpe contra o presidente Evo Morales, da Bolívia, que limita com Jujuy.

Em uma reunião de organismos humanitários com o presidente Alberto Fernández há dois dias, lhe foi reclamado pelos presos político da Argentina, mas o mandatário, advogado penalista, recordou que são detenções arbitrárias por uma ilegal ação judicial mediante a qual se encobre a perseguição política, o que originou um debate entre alguns setores. Alguns detidos já saíram porque tem sido impossível para os juízes inventar um motivo de prorrogação para mantê-los presos.

Data: **18/01/2019**

Título: **Carteira Nacional do Autista é lei, mas sua implantação é lenta**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/carteira-nacional-do-autista-e-lei-mas-sua-implantacao-e-lenta>

Criada por lei no início de janeiro, a Carteira Nacional do Autista vai garantir prioridade de atendimento em serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. O serviço, no entanto, ainda está em processo de aplicação no país.

De acordo com a Lei 13.977/2020, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) será emitida gratuitamente pelos órgãos estaduais, distritais e municipais, mas a implantação do serviço ainda é lenta. Alguns estados e municípios já

havam se adiantado e produzido leis locais oferecendo um serviço semelhante. Em outros, ainda não há previsão de quando a carteira será emitida.

O Distrito Federal (DF) está entre os casos em que ainda não há previsão. O governo local começará no final do mês as primeiras tratativas com a Polícia Civil, responsável pela emissão das carteiras de identidade no DF. “Nós marcamos uma reunião com o setor de identificação da Polícia Civil para o dia 28. Vamos começar ainda o processo para essa confecção”, disse subsecretário de Direitos Humanos e de Igualdade Racial da Secretaria de Justiça (Sejus), Juvenal Araújo. Segundo Araújo, ainda não é possível determinar um prazo para o início da realização do serviço.

Lucinete Ferreira é diretora-presidente da Associação Brasileira de Autismo Comportamento e Intervenção (Abraci-DF) e mãe de uma menina autista. Ela reclama da pouca informação que circula a respeito do novo documento. “Geraram uma expectativa coletiva, mas ninguém sabe responder como a família pode acessar, de fato, este documento. As respostas que consegui, aleatoriamente, é porque sou Conselheira Tutelar”, disse.

Graças a uma lei distrital anterior, de 2018, sua filha já utiliza assentos prioritários em *shoppings*, em filas e em outros serviços, tal qual gestantes e idosos, por exemplo. Mas a carteira de identificação que dispensará a apresentação de laudos e outros documentos ainda não tem prazo para sair do papel.

No texto da lei aprovado no Congresso Nacional, havia um dispositivo que firmava um prazo de 180 dias para regulamentar o serviço em todo o país. No entanto, ao sancionar a lei, o presidente Jair Bolsonaro vetou esse trecho. Segundo o Palácio do Planalto, o trecho viola o princípio da separação dos poderes “e usurpa a competência privativa do Poder Executivo para dispor sobre a matéria, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal”.

Questionada se havia uma espécie de acompanhamento da implantação do serviço no país, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não respondeu à **Agência Brasil** até o fechamento desta matéria.

No Amazonas o processo está bem mais adiantado. Começou no último dia 14 o cadastro dos interessados para a emissão da Ciptea. Lá, as pessoas devem comparecer ao Núcleo de Cidadania e da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), na rua Salvador, 456, Adrianópolis, de segunda a sexta, das 8h às 17h.

Para solicitar a carteira, o interessado precisa apresentar um requerimento com as seguintes informações: nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado. É necessário também entregar uma fotografia 3x4.

O responsável legal ou cuidador também precisa informar seus dados: nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e *e-mail*. Além da documentação e informações, é necessário apresentar um relatório médico indicando o código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) da pessoa que será portadora da carteira.

“Essa carteirinha é um grande avanço para as pessoas com autismo. Antes, muitas famílias precisavam andar carregando uma pasta com vários documentos e laudos para comprovar que seu filho tinha direito a algum benefício ou prioridade”, disse a secretária de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), do governo do Amazonas.

Data: **19/01/2020**

Título: **A semana em que 47 povos indígenas brasileiros se uniram por um manifesto antígenocídio**

Fonte: <https://brasil.elpais.com>

Link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-19/a-semana-em-que-47-povos-indigenas-brasileiros-se-uniram-por-um-manifesto-anti-genocidio-e-anti-ecocidio.html>

Em um momento de pouco diálogo e muitas brigas no meio político internacional, 47 povos indígenas brasileiros se reuniram entre os dias 14 e 17 de janeiro para dar uma aula de diplomacia. O Encontro dos Povos Mebengokrê e Lideranças Indígenas do Brasil era um desejo que o cacique Raoni Metuktire nutria há três anos: um momento em que as diferentes lideranças de povos indígenas que vivem espalhados pelo território brasileiro estivessem finalmente juntas e que, em união, pudessem assinar um compromisso de defesa de seus direitos. Intitulado *Manifesto do Piaraçu - das Lideranças Indígenas e Caciques do Brasil na Piaraçu*, o documento de quatro páginas sintetiza as principais demandas de todos os signatários e o compromisso de esforço coletivo para construção de uma agenda política nacional e internacional em defesa da natureza.

A construção do texto final se assemelhou aos procedimentos diplomáticos para assinatura de acordos internacionais. Primeiro foram realizadas mesas de conversa por três dias. As grandes pautas abordadas foram os assassinatos de lideranças; os empreendimentos governamentais previstos para serem construídos sobre as Terras Indígenas; a atividade garimpeira e do mercado de mineração; a ação de madeireiros ilegais; a municipalização do sistema de saúde indígena, que ignora o tratamento especial dado atualmente a essas comunidades; e o desmonte da Funai.

O relatório original de trinta páginas foi então finalmente convertido por jovens indígenas formados em Direito em um documento enxuto, apresentado em português, por meio do qual eles denunciavam o “projeto político do Governo brasileiro de genocídio, etnocídio e

ecocídio”. “As ameaças e as falas de ódio do atual governo estão promovendo a violência contra os povos indígenas, os assassinatos de nossas lideranças e a invasão de nossas terras”, afirma o relatório. “O atual presidente da República está ameaçando os nossos direitos, a nossa saúde e o nosso território. (...) O governo atual está nos atacando, querendo tirar a terra de nossas mãos.”

Sob a cobertura de palha da Casa dos Homens, espaço que usado como plenária ao longo do encontro, Raoni estava cercado de outros caciques Kayapó enquanto os jovens liam a primeira proposta do texto. Os anciões pediram que os 47 povos pudessem se organizar em delegações —pequenos grupos que se reuniram em rodas pela aldeia—, formados pelos anciões de cada povo e um jovem que pudesse traduzir o documento do português para a língua nativa de cada um. Após cada delegação ouvir a tradução em seu idioma, as lideranças fizeram uma lista de propostas de emenda ao documento.

Com as mudanças solicitadas em mãos, todos os líderes se reuniram mais uma vez na Casa dos Homens e as propostas foram votadas uma a uma. Entre elas, que fosse incluída a frase: “Não admitimos que o Brasil seja colocado à venda para outros países que têm interesse de explorar o nosso território”. Também houve muito debate sobre o título, que foi definido por consenso de forma a deixar claro que as afirmativas ali partiam de inúmeros líderes indígenas, que reconhecem Raoni como a liderança de todos. “Só nós podemos falar sobre nós e por nós mesmos. Não admitimos que nossos caciques sejam desrespeitados, assim como Bolsonaro fez em 2019 em seu discurso durante o encontro na ONU contra o cacique Raoni. Afirmamos que o Cacique Raoni é SIM [em letras maiúsculas] a nossa liderança. Ele nos representa!”, continua o texto.

E assim, após nove horas de negociação entre os povos, o texto final foi assinado pelas principais lideranças. Três mulheres kayapó (Maialu, Mayal e Moé) fizeram a relatoria do documento. Maialu, filha do cacique MegaronMetuktire, braço direito de Raoni, foi quem encerrou a mesa. Uma dança marcou a conclusão da elaboração do manifesto e a retomada da aliança dos povos da floresta. O momento retratou a união entre povos fisicamente distantes, do Rio Grande do Sul ao Pará, e de reconciliação oficial entre nações que já tiveram desavenças, agora deixadas para trás.

Data: **20/01/2019**

Título: **Surto de doença faz MP pedir interdição em presídio de Roraima**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/surto-de-doenca-faz-mp-pedir-interdicao-em-presidio-de-roraima>

Um surto de doença de pele, a superlotação e as más condições fizeram o Ministério Público de Roraima (MP-RR) pedir interdição parcial na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (Pamc), a maior do estado. No pedido de interdição, protocolado nesta segunda-feira (20), a Promotoria de Justiça de Execução Penal requer que os novos detentos que ingressarem no sistema prisional sejam remetidos à Cadeia Pública de Boa Vista, e não mais à penitenciária do Monte Cristo.

"Para o Ministério Público, como na Pamc há a custódia de mais de 2 mil detentos, mostra-se necessário isolar os presos infectados, para que a infecção não se alastre e atinja toda a massa carcerária, causando uma epidemia de infecção", diz o MP estadual, em nota. Inaugurada no final dos anos 1970, a penitenciária tem capacidade para cerca de 400 presos, mas atualmente abriga 2.072 detentos. Segundo o MP, trata-se de uma média de 15 reclusos por cela, sendo que cada unidade foi projetada para três pessoas.

A concessão ou não da liminar caberá à juíza titular da Vara de Execução Penal, Joana Sarmiento. Ela e o promotor de Justiça da Vara de Execução, Antonio Cezar Scheffer, realizaram, durante a manhã de hoje, visitas na penitenciária e no Hospital Geral de Roraima (HGR), onde estão sendo atendidos detentos com quadro mais grave da infecção causada pela doença de pele ainda desconhecida. Nesta terça-feira (21), está prevista uma reunião de integrantes do Poder Judiciário e do MP com representantes da Secretaria de Justiça e Cidadania e da Secretaria de Saúde do estado para debaterem um plano de emergência para tratamento dos presos infectados.

O defensor público Januário Lacerda participou de uma outra vistoria no presídio, realizada na sexta-feira (17), e confirmou à **Agência Brasil** a situação de precariedade na unidade. "Lá, infelizmente, a gente pôde constatar, *in loco*, a presença de doenças de pele, algumas pessoas não tinham nem sequer condições de sentar. Nós conversamos com a equipe médica que estava atendendo no dia e o que foi apontado é que, infelizmente, o processo de higienização dos presos é precário. Eles não têm o *kit* de higienização, só têm uma roupa, que consiste em uma bermuda, que não é lavada de forma adequada e nem seca ao sol, isso ajuda a proliferar os germes que estão causando essa doença", disse.

Para Lacerda, que está preparando um conjunto documento com recomendações a serem adotadas na penitenciária, o governo do estado deve montar, de forma emergencial, uma enfermaria de campanha no local para prestar o tratamento adequado aos detentos com doenças de pele. Além disso, é preciso garantir um processo de higienização das roupas e dos utensílios usados pelos presos. O problema, segundo ele, foi agravado após a proibição de que familiares pudessem trazer roupas limpas e recolher roupas sujas dos detentos. A vedação ocorreu a partir da intervenção federal no sistema penitenciário e na segurança pública do estado, em vigor desde dezembro de 2018.

"Antes, as famílias traziam as roupas limpas e recolhiam roupas sujas para serem lavadas. Até esse momento, a gente não tinha a presença massiva dessas doenças de pele. Quando a intervenção passou a proibir as famílias de trazerem as roupas, era obrigação do sistema prisional oferecer as vestimentas, mas deram apenas uma roupa para cada detento usar ao longo de um ano", disse.

Ontem (19), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou nota, em sua conta oficial no Twitter, informando estar ciente do problema que ocorre na penitenciária e pedindo para que as autoridades brasileiras assegurem "com urgência" o tratamento especializado aos presos e adotem medidas para evitar uma epidemia.

Procurado pela reportagem, o governo de Roraima negou, por meio nota, que haja surto de doença desconhecida na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo e informou que apenas sete presos estão internados com algum tipo de infecção de pele.

"São inverídicas as informações de que os internos da Pamc [Penitenciária Agrícola do Monte Cristo] têm doença desconhecida e de que há um surto de bactéria. Atualmente, há 12 apenados em tratamento no HGR. Cinco deles foram diagnosticados com tuberculose e já estavam em tratamento há três meses. Outro detento tem escabiose. Ele coçou muito e gerou uma infecção secundária nas mãos. Está fazendo tratamento com antibiótico e apresenta uma regressão da doença. Os demais, também com diagnóstico de piodermite, passaram por atendimento de infectologista e dermatologista, estão recebendo tratamento com antibióticos e reposição de vitaminas. Exames diários e tratamento continuado estão sendo feitos. Todos estão tendo progressiva melhora", informou a Secretaria de Comunicação.

Ainda segundo o governo do estado, a Cadeia Pública de Boa Vista será reinaugurada nos próximos dias e será feita uma separação "mais eficaz dos detentos", caso seja necessário abrigar novos presos na unidade, se a interdição parcial da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo for mesmo confirmada pela Justiça.

Data: **21/01/2020**

Título: **Em meio ao caos no INSS, trabalhadores da Dataprev entram em greve por tempo indeterminado**

Fonte: <https://revistaforum.com.br/>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/em-meio-ao-caos-no-inss-trabalhadores-da-dataprev-entram-em-greve-por-tempo-indeterminado/>

Servidores da Dataprev estão em greve por tempo indeterminado em mais de 20 estados e no Distrito Federal. A paralisação ocorre em resposta ao processo de privatização da empresa pública de tecnologia, que hoje é responsável por todo o banco de dados da

Previdência no Brasil. Os trabalhadores protestam contra o programa de desligamento voluntário em curso, que, segundo eles, esconde um processo de demissão em massa e visa fechar 20 unidades da empresa em diversos estados.

Mensalmente a Dataprev processa cerca de 35 milhões de benefícios previdenciários. São R\$ 50 bilhões em benefícios do INSS, o que representa R\$ 555 bilhões por ano. Além disso, a empresa cuida do seguro desemprego, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Cadastro Nacional de Informações Sociais, do Sistema de Benefícios do INSS e da Intermediação de Mão de Obra e do Cadastro Brasileiro de Ocupação.

De acordo com a categoria, o governo não concluiu os estudos de viabilidade da privatização e não respeita a obrigatoriedade de autorização do Congresso Nacional para o processo.

Moacir Lopes, secretário de administração da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), afirma que o governo não dialoga com os trabalhadores e ressalta os riscos existentes em passar para a iniciativa privada dados sigilosos de milhões de brasileiros.

“Quem vai ser responsável e como vai ser feita a segurança dos dados do INSS com a privatização da Dataprev? São dados de alta relevância, envolvem a vida de muitos cidadãos. São dados de pagamentos de benefícios, lá estão os valores que cada um recebe, os dados pessoais aposentados. Portanto é algo que precisa de muita segurança para evitar exposição dos segurados. Vai desde a possibilidade de vazamento de dados para venda de produtos e serviços, até golpes. Há quadrilhas especializadas em aplicar golpes nos aposentados, quem vai garantir a segurança?”, questiona.

Sem apresentar nenhuma prova, na semana passada, o secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, afirmou que os servidores da Dataprev vendem dados dos brasileiros. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares informou que vai acionar a Justiça e abrir uma representação na Procuradoria Geral da República por crime de responsabilidade, desvio de finalidade e calúnia contra Salim.

Data: **22/01/2020**

Título: **Policial militar do Paraná denuncia perseguição por expressar opinião política**

Fonte: <https://www.brasildefatopr.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/22/policial-militar-do-parana-denuncia-perseguiacao-por-expressar-opiniao-politica/>

Para a Polícia Militar do Paraná, a liberdade de opinião e expressão de seus agentes pode ser um ato passível de punição. Nesta segunda (21), o policial militar aposentado Martel Del

Colle recebeu intimação para uma audiência do Conselho de Disciplina da Polícia Militar, na qual responde como acusado por “ter produzido diversos textos (...) além de um vídeo (...) trazendo a conhecimento público imputações graves contra a instituição Polícia Militar do Paraná”.

O processo disciplinar ocorre nesta terça (22) e, segundo explica Del Colle, é uma instância cuja decisão mais grave é a expulsão do agente da PM. Del Colle denuncia que a intimação não chegou em tempo hábil para seu devido preparo para a audiência e diz ser preocupante a acusação ligada diretamente a textos e opiniões por ele produzidos.

“É justamente sobre liberdade de opinião. Só de ser aberto o procedimento de exclusão, que é o procedimento mais grave que a polícia tem, por causa de textos e vídeos, é uma coisa para se preocupar”, diz o PM.

Em entrevista ao **Brasil de Fato Paraná**, Del Colle fala sobre os mecanismos de punição da Polícia Militar e a perseguição sofrida por policiais que tornam públicas opiniões contrárias ao pensamento dominante dentro da corporação.

Título: Denúncias sobre intolerância religiosa aumentaram 56% no Brasil em 2019

Data: 22/01/2020

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitoshumanos/62723/denuncias-sobre-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019>

Há 20 anos, a Iyalorixá Gildásia dos Santos e Santos, conhecida como Mãe Gilda de Ogum, faleceu em decorrência de um ataque motivado por intolerância religiosa. O atentado teve como alvo o terreiro de Candomblé, Ilê Axé Abassá de Ogum, localizado nas imediações da Lagoa do Abaeté, bairro de Itapuã em Salvador (BA).

O templo foi invadido e depredado por fundamentalistas da Igreja Universal do Reino de Deus, que agrediram o marido de Mãe Gilda violentamente.

Dois meses depois, um jornal da mesma igreja publicou uma foto da Iyalorixá, com uma tarja no rosto e a manchete: "Macumbeiros charlatões lesam a vida e o bolso de clientes". Ao ver a publicação, a idosa de 65 anos teve um ataque cardíaco fulminante e faleceu no dia 21 de janeiro.

Em homenagem à Iyalorixá, a data foi instituída como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em 2007, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais de uma década depois do gesto, os ataques que atingiram Mãe Gilda ainda fazem parte da realidade dos praticantes das religiões de matriz africana.

Só no primeiro semestre de 2019, houve um aumento de 56% no número de denúncias de intolerância religiosa em comparação ao mesmo período do ano anterior. A maior parte dos relatos foi feita por praticantes de crenças como a Umbanda e o Candomblé.

Os casos são registrados via Disque 100, número de telefone do governo criado em 2011, que funciona 24 horas para receber denúncias de violações de direitos humanos. Entre 2015 e o primeiro semestre de 2019, foram 2722 casos de intolerância religiosa – uma média de 50 por mês.

Os números podem ser ainda mais expressivos, já que em muitos casos as vítimas não realizam a denúncia, por medo de que a violência se repita ou de que o Estado não preste o apoio necessário. A professora de geografia, Jamila Prata, de 31 anos, sofreu um ataque verbal quando passava por uma igreja evangélica em uma rua na Vila Sônia, na capital paulista, quando ia à padaria. Candomblecista, ela havia acabado de passar pelo processo de iniciação da religião, que se caracteriza pelo resguardo, roupas brancas e pano branco cobrindo a cabeça.

“Eu comprei pão e, na volta, quando eu ia me aproximando ainda na outra calçada, eu vi que tinha mais gente na porta da Igreja e vi que eles falavam todos juntos frases como: 'Senhor, protegei-nos do demônio'. Eles estavam se voltando para mim e algumas pessoas no meio gritavam: 'Queima ela, queima ela, Senhor'”, relata Jamila.

O caso aconteceu em 2017, mas a marca da agressão ainda está presente na memória da professora, que não conseguiu prestar queixa.

“Machucou bastante, doeu, porque estava em um momento muito bonito, de muita paz e plenitude e foi uma violência. Eu me senti muito impotente. Eu pensei em fazer queixa, mas eu não tinha provas, nem ninguém na rua. E eu também não queria, naquele momento, entrar em uma delegacia. Lembrar ainda me traz tristeza”, conta.

Com o intuito de apurar os casos e dar assistência psicológica e jurídica às casas e praticantes das religiões de matriz africana, nasceu, no ano passado, o Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões de Matriz Africana (Idafro).

Entre advogados, contabilistas, sociólogos (as), sacerdotes e sacerdotisas, a organização reúne militantes que já estavam articulados em um coletivo da sociedade civil em ações contra a intolerância religiosa.

A Iyalorixá Luciana de Oya, líder religiosa do Ilê Oba Axé Obodó, localizado no Jardim Mata Virgem, em São Paulo (SP), é uma das integrantes do grupo e fala sobre o apoio prestado pela organização, inclusive em casos de abordagem policial.

“A gente ouve dizer que a polícia chegou, que a polícia entrou no terreiro. Então, essas pessoas são orientadas a partir de atividades do Idafro. Como ela se comporta diante de uma intervenção policial? A polícia pode ou não pode entrar? Entre outros detalhes”, afirma.

Luciana lembra que a Constituição garante os direitos de todas as religiões e, para combater a intolerância religiosa, a comunidade precisa ter conhecimento sobre a legislação.

Apesar do aumento no número de casos no ano passado, a Iyalorixá acredita que o período representou conquistas, não só pela criação da organização, mas também pelo marco histórico da representação dos povos de terreiro no Supremo Tribunal Federal (STF), que, com unanimidade dos votos, garantiu a liberdade de crença e do abate de animais pela religião.

"Neste momento em que você está com o poder da igreja, que você tem um presidente que tem as declarações intolerantes, ganhar essa ação por unanimidade é olhar e dizer que esta instituição está olhando para o direito, não para a religião, porque nós estávamos falando do direito constitucional ao abate", indica.

Além do avanço na garantia de direitos, ela ressalta que houve uma reação direta na valorização da população de matriz africana. "Isso reverberou no Brasil e foi extremamente importante, inclusive do ponto de vista da autoestima. Há séculos nós somos massacrados, hostilizados. Isso resgatou a autoestima de todo um povo, que a única coisa que quer é ter o direito de cultuar a sua crença, o seu orixá".

Data: **23/01/2020**

Título: **Letalidade policial aumenta 92% sob governo de Wilson Witzel**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/23/letalidade-policial-aumenta-92-sob-governo-de-wilson-witzel/>

Sob o primeiro ano do governo de Wilson Witzel (PSC), a letalidade da polícia fluminense aumentou 92% em relação a 2018. O dado é resultado de um balanço de operações policiais realizado pelo Observatório da Segurança do Rio de Janeiro, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), divulgado nesta quarta-feira (22).

Ao todo no Estado foram registradas 1.810 mortes decorrentes de ação policial, o que representa que uma entre cada três mortes contabilizadas ao longo de 2019 foram cometidas por policiais, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Silvia Ramos, coordenadora da Rede de Observatórios de Segurança Pública do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, classifica a situação de segurança pública no Rio como "extremamente grave" e aponta uma transferência da letalidade dos grupos criminosos para as forças de segurança.

“Pessoas que antes eram mortas pelas facções e pelos criminosos, atualmente estão sendo mortas pela polícia. O perfil dos mortos não mudou, o que mudou foram seus autores. Agora policiais assumem abertamente mortes que antes eram praticadas por criminosos”, afirma.

O balanço mostrou também que 1.296 operações policiais, entre janeiro e dezembro de 2019, resultaram em 387 mortes de civis, ou seja, um assassinato cometido pela polícia a cada 3,3 operações.

A coordenadora da Rede de Observatórios de Segurança Pública ressalta que o número de ações policiais no Estado cresceu para um “patamar extraordinário”. Ramos aponta que a área de segurança pública do Rio de Janeiro está sendo reduzida a operações no varejo da venda de drogas, com pouco planejamento e alta letalidade.

“Todo dia saem patrulhas e vão trocar tiros com os criminosos nos bairros de periferia, sem nenhum planejamento, sem nenhuma investigação e nenhuma integração com outras forças. São operações no varejo, improvisadas e por isso mesmo tem alta letalidade. Nós temos nesse momento uma polícia amadora, que não utiliza técnicas de polícia. Faz muito tiroteio, muita morte e [usa] pouca inteligência”, afirma Ramos.

Data: **23/01/2020**

Título: **"É o agronegócio que está dando as cartas no país", critica filha de Chico Mendes**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/23/e-o-agronegocio-que-esta-dando-as-cartas-no-pais-critica-filha-de-chico-mendes/>

À beira do rio Xingu, no estado do Mato Grosso, nasceu uma nova frente em defesa do meio ambiente e dos povos da floresta. No último dia 15 de janeiro, ao lado do cacique Raoni, Angela Mendes, filha do líder seringueiro Chico Mendes, e a indígena Sônia Guajajara oficializaram uma aliança contra as políticas adotadas por Jair Bolsonaro (sem partido) nas áreas ambiental e indígena.

O lançamento da Aliança dos Povos das Florestas ocorreu durante um encontro que reuniu centenas de indígenas de diversas etnias e estados do país.

Em entrevista exclusiva ao **Brasil de Fato**, Angela Mendes, militante ambientalista e coordenadora do Comitê Chico Mendes, afirma que o objetivo da articulação é pensar estratégias para resistir às políticas de um governo que “declarou os povos da floresta como seus inimigos”.

“Quando o presidente diz que não vai mais demarcar nenhuma terra indígena e tenta extinguir o ministério do Meio Ambiente e todos os órgãos responsáveis por políticas

públicas da floresta, isso quer dizer que ele está em uma ofensiva muito grande contra essas populações. Todas elas”, analisa.

Segundo ela, a frente se inspira nas alianças criadas por seu pai décadas atrás em defesa da demarcação dos territórios dos povos tradicionais, e foi gestada durante a Semana Chico Mendes, que aconteceu em Xapuri (AC) no fim do ano passado. A articulação deve focar em exercer pressão política e em reverberar denúncias junto à comunidade internacional.

“Hoje é o agronegócio que está dando as cartas no país. É o agronegócio que está ditando os caminhos tanto do governo federal, quanto do Congresso Nacional. É o agronegócio, com as multinacionais e com as grandes mineradoras que estão por trás de tudo isso”, denuncia.

Mendes denuncia a intenção do governo Bolsonaro de entregar os territórios para exploração do capital internacional. “Ele passou um ano [2019] mostrando como vai fazer isso. Nada do que ele fez, foi feito de forma impensada. Eu tenho certeza que, pra 2020, eles virão com planos perversos”, argumenta.

Data: **24/01/2020**

Título: **População em situação de rua quer respeito e políticas públicas, não favores**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/24/populacao-em-situacao-de-rua-quer-respeito-e-politicas-publicas-nao-favores/>

Moradia digna, emprego, trabalho, renda e respeito à população que vive em situação de rua no Brasil, foram pautados nesta quinta (23/01) no Fórum Social das Resistências 2020. O debate ocorreu durante a 325ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Porto Alegre (RS).

Os direitos constituem o conceito ampliado de saúde e foram defendidos por ativistas sociais, conselheiros e conselheiras, que denunciam a ausência de Estado na construção de políticas públicas efetivas para atender este segmento da população.

A reunião questionou a ausência de dados oficiais e indicadores sociais, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não dispõe de um programa de contagem e classificação das pessoas que vivem nas ruas. “É fundamental que a população conste no censo porque, se ela não existe, não há política pública”, afirma a representante da Rede Nacional de Consultório na Rua e de Rua Veridiana Farias Machado.

Apesar de não haver estatísticas oficiais, o número de pessoas que vivem em situação de rua aumenta a cada dia, conforme estudiosos da área. “As pessoas estão indo morar nas ruas porque elas não têm como pagar suas contas, seus aluguéis. Depois da reforma trabalhista, isso aumentou ainda mais”, afirma o conselheiro nacional de saúde Vanilson

Torres, que representa o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) no CNS. “Quem não tiver salário e emprego, a casa que vai sobrar é a rua, não se enganem. É preciso perceber isso neste país tão desigual e num governo que não se importa com a vida do seu povo”, completa.

A atenção para os cuidados e o atendimento à Saúde dessa população são realizados pelas equipes dos Consultórios na Rua. Criados em 2012 para desenvolver ações integradas de saúde às pessoas que vivem nas ruas, os consultórios surgiram com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços de saúde a este grupo em situação de vulnerabilidade. No entanto, o número de consultórios é insuficiente para atender a toda a população, de acordo com representantes do segmento populacional.

Gravidez de alto risco, saúde bucal, consumo de álcool e drogas, tuberculose e sífilis, estão entre os principais problemas que devem ser assistidos por estes profissionais. “Temos grande preocupação também com os retrocessos na área de saúde mental. As equipes trabalham com orientações e diretrizes da Política Nacional de Redução de Danos, mas sabemos que virão mais retrocessos. Com a internação compulsória, o bicho de sete cabeças volta novamente”, afirma Veridiana.

“O principal objetivo dos consultórios é o cuidado na rua, mas também é fundamental a ponte com outros serviços intersetoriais”, avalia a gestora do Consultório na Rua de Belo Horizonte, Danielle Vassalo Cruz ao sugerir a criação de grupos de trabalho, com representações regionais de trabalhadores, usuários e representantes do Controle Social para articular e fortalecer ações em defesa da saúde e vida desta população.

A portaria que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua é de 2012. O coordenador de Garantia da Equidade do Ministério da Saúde, Marcus Vinicius Peixinho, que participou do debate realizado pelo CNS durante o Fórum Nacional das Resistências, informou que a portaria está sendo atualizada. “Vamos discutir essa portaria em abril ou maio e vamos apresentar aos coordenadores de movimentos e atores envolvidos, devemos ouvir quem está na ponta para saber se é bom ou ruim. A ideia é publicá-la no primeiro semestre” avisa.

Durante o evento, o plenário do CNS aprovou uma recomendação para a inserção da população em situação de rua e todas as suas especificidades no censo demográfico.

Os conselheiros e conselheiras de saúde também querem participar das discussões que serão realizadas pelo Ministério da Saúde para atualização da portaria que envolve os Consultórios de Rua e na Rua, antes de ser publicada. O documento ainda sugere estender o debate com conselhos municipais e estaduais de saúde. A recomendação do CNS sobre a saúde da população em situação de rua estará disponível em breve, no site.

Data: **26/01/2020**

Título: **O que aconteceu na Bolívia sem os médicos cubanos?**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/01/26/o-que-aconteceu-na-bolivia-sem-os-medicos-cubanos/>

Uma campanha intensa e prejudicial contra a colaboração médica que Cuba oferece ao mundo caracterizou a estratégia imperial dos Estados Unidos implementada em 2019 e que encontrou governos submissos que preferiam deixar seu povo sem assistência médica, a fim de acompanhar o jogo da Casa Branca.

Um exemplo são as recentes declarações da autoproclamada presidenta da Bolívia, Jeanine Áñez, que em 22 de janeiro, em comemoração à fundação do Estado Plurinacional, voltou a usar os argumentos repetidos contra o altruísmo dos profissionais de saúde cubanos.

Em resposta a essas falácias, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, em sua conta no Twitter, descreveu as mentiras da presidenta do golpe como vulgares e instou-a a explicar ao seu próprio povo que, após o retorno a Cuba dos colaboradores, como resultado da violência a que foram submetidos, mais de 454.440 atendimentos médicos foram interrompidos.

Bruno também disse que os dois meses de ausência de médicos cubanos naquele país andino-amazônico se traduzem em quase mil mulheres que não tiveram assistência especializada em seus partos, além de 5.000 intervenções cirúrgicas e mais de 2.700 cirurgias oftalmológicas, que não foram executadas. “Eles não são apenas números, são seres humanos”, escreveu o chefe da diplomacia cubana.

O desmantelamento dos programas apoiados pela cooperação médica cubana é financiado em mais de três milhões de dólares, concedidos pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), uma instituição dos EUA que financia fundos para diferentes ações agressivas contra governos que não agradam Washington

As brigadas médicas cubanas no Brasil, Equador e Bolívia desapareceram como resultado de toda essa perseguição aos Estados Unidos, que questiona o profissionalismo e a entrega dos mais de 400.000 profissionais de saúde cubanos que, em 56 anos, completaram missões em 164 nações.

Essa campanha de descrédito contra Cuba é dirigida pelo Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, sob o patrocínio de senadores e congressistas associados à máfia anticubana da Flórida e a funcionários da direita do Departamento de Estado.

Eles inventam a premissa de uma suposta “escravidão moderna” e “tráfico de seres humano”» para médicos cubanos e ocultam o senso humanístico de tais missões no

exterior, que ajudaram a recuperar as taxas de saúde, como a diminuição da mortalidade infantil e mortes maternas; a cura de doenças infecciosas por epidemias e outras.

Eles não sabem que os médicos cubanos antes de partir recebem uma preparação sobre o local onde vão trabalhar, assinam um contrato de trabalho com todas as garantias legais e onde são explicados os termos a serem cumpridos por ambas as partes, carregam um histórico médico com a atualização de vacinas, além da legalização de seus títulos profissionais.

Até vários países tomam como condição a realização de exames de conhecimento desses profissionais, e as autoridades médicas desses países viajam para Cuba para aplicar testes em outros idiomas que não o espanhol.

Quem sai para completar missões médicas o faz absolutamente livre e voluntariamente. Em Cuba, suas famílias recebem seu salário integralmente ou ele é armazenado em uma conta bancária, enquanto recebem uma bolsa no país de destino, além de outros benefícios (pagamento de acomodação, eletricidade, água e serviços básicos).

A compensação que Cuba recebe pela cooperação prestada vai para o financiamento, sustentabilidade e desenvolvimento do sistema público de saúde, gratuito para 100% dos cubanos, algo difícil de entender no mundo capitalista, onde boa parte dos serviços da saúde é pago.

Todo o descrédito promovido por Washington é acompanhado de tentativas de restaurar o chamado Programa Parole para Profissionais Médicos Cubanos, existente até 12 de janeiro de 2017. Isso leva à deserção, pagamento de passagens e serviços jurídicos, fornecimento de vistos nos EUA e documentos de viagem para cooperadores em países terceiros, com o objetivo de sabotar os acordos bilaterais firmados com eles, privando-os de seus serviços e privando-nos de recursos humanos altamente qualificados.

Hoje, a resposta a esta nova guerra que estamos enfrentando foi continuar salvando vidas, buscando saúde e bem-estar. Embora os governos denigrem as histórias do internacionalismo cubano, os beneficiários agradecem e reconhecem que essa conquista transcende completamente os interesses geopolíticos e qualquer ideologia.

Data: **27/01/2020**

Título: **Brasil foi o país que mais matou travestis e transexuais em 2019**

Fonte: <https://revistaforum.com.br/>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/brasil-foi-o-pais-que-mais-matou-travestis-e-transexuais-em-2019/>

De acordo com informações antecipadas pela coluna de Alcelmo Gois, no Globo desta segunda-feira (27), o Brasil ficou em 1º lugar no ranking mundial como o país com mais mortes de travestis e transexuais.

O estudo, chamado Dossiê de Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019, será divulgado na próxima quarta-feira pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

O levantamento reforça que “nenhuma ação foi tomada pelo governo brasileiro em relação à LGBTIfobia” e que “pessoas LGBTI+ continuam sendo espancadas à luz do dia e há grupos de ódio eclodindo pelo país”.

Foram pelo menos 124 casos, cada um deles minuciosamente confirmado. Do total, só 11 tiveram suspeitos identificados pela polícia.

O estudo diz ainda que a maioria das vítimas era negra (82%), do gênero feminino (97%), estava no Nordeste (37%) e tinha entre 15 e 29 anos: 59,2%, sendo que três delas tinham só 15 anos; duas foram apedrejadas até a morte e a outra, espancada e enforcada.

Data: **27/01/2020**

Título: **Colômbia: 27 dirigentes sociais assassinados em 2020**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/01/27/colombia-27-dirigentes-sociais-assassinados-em-2020/>

O assassinato mais recente registado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (Indepaz) foi o de Fernando Quintero Mena, presidente da Junta de Ação Comunal da vereda Guasiles, no município de Convención, localizado na região do Catatumbo (departamento de Norte de Santander).

O Gabinete da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos na Colômbia instou “as autoridades a esclarecer este crime e a tomar medidas de alcance estrutural para melhorar as condições de vida e a segurança no Catatumbo”.

Quintero Mena, ex-autarca de Convención, foi morto a tiro este domingo (26). No dia anterior, a imprensa deu conta do assassinato, perpetrado na terça-feira (21), de Hernando Herrera, dirigente da vereda El Brasil, no município de Sonsón (departamento de Antioquia). De acordo com o Indepaz, no sábado (25) foram mortos o dirigente indígena John Alexander Ulcue Mesa, em Caloto (departamento do Cauca), e Modesto Vega, em Puerto Guzmán (departamento de Putumayo).

No total, o organismo não governamental colombiano registou, desde o início do ano, 27 assassinatos de dirigentes sociais e defensores dos direitos humanos no país andino,

sendo que a maioria dos casos ocorreu nos departamentos do Cauca, Antioquia e Putumayo.

O Indepaz contabiliza ainda quatro ex-combatentes das FARC-EP assassinados este ano, o último dos quais foi JhonFredy Vargas Rojas. Segundo revelou o partido Força Alternativa Revolucionária do Comum (FARC), o ex-combatente foi morto no município de Pitalito, no departamento de Huila.

Recentemente, a organização não governamental Oxfam denunciou estes assassinatos e exortou o governo colombiano a tomar medidas eficazes de prevenção. Em simultâneo, manifestou repúdio perante as ameaças proferidas contra os dirigentes sociais, informa a *Prensa Latina*.

Data: **28/01/2020**

Título: **Ativistas denunciam na OEA decreto de Doria que aumenta a repressão policial em protestos**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/62826/ativistas-denunciam-na-oea-decreto-de-doria-que-aumenta-a-repressao-policial-em-protestos>

De acordo com o G1, essa denúncia, feita pela deputada Raquel Marques (PSOL), integrante da Bancada Ativista na ALESP, tem por objetivo cobrar a adequação da conduta da PM aos padrões internacionais e que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos cobre explicações do Governo do Estado. Isso porque o decreto do governador João Doria (PSDB – SP) respalda confrontos entre policiais e manifestantes, como aqueles ocorridos nas recentes manifestações do Movimento Passe Livre (MPL), prisões arbitrárias e uso desproporcional da força pela polícia.

De acordo com a Folha de S.Paulo, as medidas tomadas por Doria, de cunho policial e judiciário, são formas de sufocar e desarticular manifestações como as que ocorreram em junho de 2013. E desde o início do seu governo a polícia vem fazendo detenções de manifestantes em massa, levando-os à Justiça e tem inclusive revistado a imprensa nos protestos.

Esse decreto foi assinado no início do ano passado e apresenta entre os principais pontos de endurecimento, a obrigatoriedade de comunicação prévia à polícia da manifestação que tenha previsão de contar com a participação de mais que 300 pessoas, o que, na prática, aponta para a possibilidade de a polícia dispersar qualquer protesto com mais de 300 pessoas.

A regulamentação busca tipificar o uso de máscaras e lenços como “anonimato” e delito de desobediência, além de estabelecer que o uso de hastes de bandeiras são armas brancas,

o que justificaria a abordagem e detenção por parte da polícia. Isso é extremamente escandaloso e brutal, pois fere as próprias regras da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que prevê que não se pode prender um manifestante por expressão crítica, denúncia verbal, etc.

Seguindo a onda bolsonarista de 2018, Doria quis se encaixar nela e prometeu que caso fosse eleito a polícia atiraria para matar. Aplicação desta política resultou além da repressão nos protestos, massacres feitos pela PM como o massacre no baile funk em Paraisópolis onde ocorreu a morte de 9 jovens e negros, onde de uma forma mais explícita da política de extermínio da população negra nas favelas que a PM acaba cumprindo.

É preciso rechaçar o aumento da repressão policial de Doria contra os estudantes e trabalhadores que se manifestam contra os ataques aos seus direitos. A polícia sempre cumpre esse papel repressivo machista e racista contra as liberdades de expressão, política ou cultural. Todos os dias reprimem a juventude pobre e negra sem motivos, além de censurar a livre expressão do corpo, da cultura e das opiniões políticas contra o governo. Somente os trabalhadores e estudantes organizados contra o autoritarismo de Doria e a PM é capaz que de barrar os ataques que querem aplicar.

Título: Sakamoto: "Trabalho escravo não é um desvio, mas uma ferramenta do sistema"

Data: **28/01/2020**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/28/sakamoto-trabalho-escravo-nao-e-um-desvio-mas-sim-uma-ferramenta-do-sistema>

Há 16 anos uma chacina de auditores-fiscais do Ministério do Trabalho, na cidade mineira de Unaí, chocou o Brasil e abriu espaço para um debate urgente: o combate ao trabalho escravo. No dia 28 de janeiro de 2004, os servidores Néelson José da Silva, João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e o motorista Aílton Pereira de Oliveira foram assassinados em uma emboscada. O grupo realizava uma fiscalização de rotina em fazendas da região rural do município.

O mandante confesso do assassinato, Norberto Mânica, foi condenado em segunda instância a mais de 60 anos de prisão. Os empresários, Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro, também confessaram participação no crime como intermediários e foram condenados. No entanto, 16 anos após a chacina, nenhum deles está preso.

Em 2009 o governo estabeleceu 28 de janeiro como Dia do Auditor Fiscal do Trabalho e Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Para marcar a data o jornalista Leonardo Sakamoto lança o livro *Escravidão Contemporânea*, que reúne textos de especialistas no

assunto do mundo todo. "Não se trata de um apanhado de artigos. O livro foi pensado em uma estrutura narrativa que pensa no problema, nas causas e nas consequências.", afirma. Sakamoto trabalha no combate ao trabalho escravo há mais de duas décadas e está à frente da Repórter *Brasil*, uma das principais organizações de combate ao trabalho escravo contemporâneo no país. Ele conversou com o **Brasil de Fato** sobre o novo livro e sobre o desafio global que acabar com a prática representa.

Título: **Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019**

Data: **28/01/2020**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>

Quase 132 anos após a abolição da escravatura no Brasil, situações análogas ao trabalho escravo ainda são registradas. Somente o Ministério Público do Trabalho (MPT) tem hoje 1,7 mil procedimentos de investigação dessa prática e de aliciamento e tráfico de trabalhadores em andamento. Segundo dados do Radar da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em 111 dos 267 estabelecimentos fiscalizados em 2019, houve a caracterização da existência dessa prática com 1.054 pessoas resgatadas em situações desse tipo. O levantamento apresentado hoje (28) aponta ainda que, no ano passado, o número de denúncias aumentou, totalizando 1.213 em todo o país, enquanto em 2018 foram 1.127.

O meio rural continua concentrando o maior número de registros, com 87% dos casos: produção de carvão vegetal (121); cultivo de café (106); criação de bovinos para corte (95); comércio varejista (79); cultivo de milho (67). O trabalho escravo urbano também fez 120 vítimas, a maior parte na confecção de roupas (35). Também houve registros na construção civil (18), em serviços domésticos (14), construção de rodovias (12) e serviços ambulantes (11).

Minas Gerais foi o estado com mais fiscalizações (45 ações) e onde foram encontrados mais trabalhadores em condição análoga à de escravo (468). São Paulo e Pará tiveram 25 ações fiscais, cada, sendo que em São Paulo foram resgatados 91 trabalhadores e no Pará, 66. O maior flagrante em um único estabelecimento foi no Distrito Federal, onde 79 pessoas estavam trabalhando em condições degradantes para uma seita religiosa.

Ainda segundo o balanço, outras operações de destaque ocorreram em Roraima, tendo em vista o grande número de imigrantes venezuelanos que têm atravessado a fronteira para o Brasil em situação de extrema vulnerabilidade. Em três operações realizadas no estado, 16

trabalhadores foram resgatados, sendo três venezuelanos; e 94 tiveram os contratos de trabalho formalizados durante as fiscalizações.

Os dados foram apresentados durante o Encontro Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo: Reforço de Parcerias Contributivas, realizado hoje na Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília. Os trabalhadores resgatados receberam mais de R\$ 4 milhões em verbas salariais e rescisórias e 915 contratos de trabalho foram regularizados.

O levantamento mostra que entre, 2003 e 2018, cerca de 45 mil trabalhadores foram resgatados e libertados do trabalho análogo à escravidão no Brasil. Segundo dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo, isso significa uma média de pelo menos oito trabalhadores resgatados a cada dia. Nesse período, a maioria das vítimas era do sexo masculino e tinha entre 18 e 24 anos de idade. O perfil dos casos também comprova que o analfabetismo ou a baixa escolaridade tornam o indivíduo mais vulnerável a esse tipo de exploração: 31 % eram analfabetos e 39% não haviam concluído sequer o 5º ano.

“A ausência do Estado que gera boa parte dessas situações de vulnerabilidade. Não por acaso são em municípios com baixo IDH [índice de desenvolvimento humano], com pouca infraestrutura estatal, com pouca oferta de serviços públicos que esses trabalhadores são encontrados ou saem para serem explorados, são traficados”, ressaltou o chefe da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), Matheus Alves Viana. Segundo ele, hoje os desafios são muito grandes, especialmente porque os exploradores desenvolveram uma contrainteligência e sabem se esconder. “O sucesso se dá quando o Estado está presente e se faz forte. Nenhuma instituição de nenhum Poder consegue fazer nada de forma isolada”, ressaltou Viana.

A divulgação dos dados atualizados de 2019 marca o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que é lembrado em 28 de janeiro. A data homenageia os auditores-fiscais do Trabalho mortos em 28 de janeiro de 2004 quando se deslocavam para uma inspeção em fazendas da região de Unaí (MG), episódio conhecido como a Chacina de Unaí. Os envolvidos nos assassinatos foram condenados, mas 16 anos depois ainda estão recorrendo da sentença em liberdade.

Data: **29/01/2020**

Título: **Brasil registrou 124 assassinatos de pessoas transgênero em 2019**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-registra-124-assassinatos-de-pessoas-transgenero-em-2019>

Em 2019, pelo menos 124 pessoas transgênero, entre homens e mulheres transexuais, transmasculinos e travestis, foram assassinadas no Brasil, em contextos de transfobia. Os dados estão no relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) divulgado hoje (29). De acordo com organização, em apenas 11 dos casos os suspeitos de terem cometido os crimes foram identificados. No relatório, a Antra faz um alerta também para o problema da subnotificação já que a real motivação dos crimes nem sempre é explicitada.

O relatório aponta que, em 2018, foram registrados 163 assassinatos. Já em 2017, foram 179 casos. De acordo com a associação, a redução dos números não representa exatamente uma queda nos índices de violência contra essa população. Para a Antra, existe aumento da subnotificação das ocorrências.

Os dados mostram ainda que, a cada dia em 2019, 11 pessoas transgênero sofreram agressões. A mais jovem das vítimas assassinadas tinha 15 anos de idade, encaixando-se no perfil predominante, que tem como características faixa etária entre 15 e 29 anos (59,2%) e gênero feminino (97,7%). A desigualdade étnico-racial é outro fator em evidência, já que 82% das vítimas eram negras (pardas ou pretas).

Em números absolutos, o estado que apresentou o mais alto índice de homicídios foi São Paulo, com 21 homicídios, quantidade 66,7% superior ao registrado no ano anterior (14). O território paulista se destaca como um dos quatro que se tornaram mais violentos para pessoas transgênero, em 2019, ao lado de Pernambuco, Rondônia e Tocantins, e também lidera o ranking quando o período de 2017 a 2019 é considerado.

Em segundo lugar na lista de 2019, está o Ceará, com 11 casos. Em seguida, vêm Bahia e Pernambuco, com 8 casos, cada; Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com 7 casos, cada; e Goiás com 6 casos. Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraíba empatam com 5 casos; Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Norte, com 4; Alagoas, Rondônia e Tocantins, com 2; e Mato Grosso do Sul, Roraima, Sergipe e Piauí, com 1.

Para combater os crimes contra pessoas transgênero, a associação cita exemplos de ações que podem ser adotadas como campanhas de prevenção à violência, denúncias que possam enfrentar a impunidade e a omissão, e a efetivação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a discriminação da população LGBTI como uma forma de racismo.

A Antra cita que, em 2018, passou a representar o Brasil no Sistema de Monitoramento da Violência contra pessoas LGBTI na América Latina e Caribe (SinViolenciaLGBT) e que esta rede contabilizou a 1416 registros de assassinatos contra pessoas trans nos dez países que compõe a articulação (Bolívia, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e República Dominicana). O balanço contou ocorrências comunicadas entre

1º de janeiro de 2014 e 20 de novembro de 2019, quando o Brasil totalizou 844 casos e teve um aumento de 60%.

Na América Latina e Caribe, lembra a Antra, a expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. "O México ocupa o segundo lugar no mundo em crimes de ódio por transfobia. Pessoas trans nesses países não têm identidade, direitos são restritos, são constantemente expostas e violadas, sendo mortas e desamparadas. Como se isso não bastasse, também há setores da população determinados a atacá-las, machucá-las e, pior ainda, garantir que seus direitos nunca sejam garantidos", acrescenta.

Para coibir as violências, a recomendação é de que haja engajamento do poder público e da sociedade civil.

Em dezembro de 2019, a Antra lançou o aplicativo Dandarah, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). A proposta é facilitar à comunidade LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexos) que se informe sobre as diversas formas de violência às quais está sujeita e como pode denunciá-las.

A plataforma foi projetada, inicialmente, para rodar em celulares com sistema Android, já estando disponível para download na Play Store. O nome do aplicativo foi escolhido para homenagear a travesti Dandara Ketlyn, assassinada brutalmente em 2017, no Ceará.

Conforme explica a Organização das Nações Unidas (ONU), as pessoas trans possuem uma identidade de gênero diferente do sexo que lhes foi designado no momento do nascimento. A ONU esclarece também que uma pessoa transgênero ou trans pode se identificar como homem, mulher, trans-homem, trans-mulher, como pessoa não-binária ou com outros termos, tais como terceiro gênero, dois-espíritos, travesti, gênero queer ou transpinoy. O organismo internacional ressalta ainda que a identidade de gênero difere da orientação sexual e que, portanto, pessoas trans podem ter qualquer orientação sexual, incluindo heterossexual, homossexual, bissexual e assexual.

Data: **29/01/2020**

Título: **Empresa de consultoria em diversidade inclui pessoas trans no mercado de trabalho**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/empresa-de-consultoria-em-diversidade-inclui-pessoas-trans-no-mercado-de-trabalho>

Tornar o mercado de trabalho mais diversos, acolhedor e inclusivo. Esse é o objetivo da Transcendemos, organização que presta consultoria em diversidade para empresas de pequeno, médio e grande porte há mais de dois anos.

Criada pela advogada Gabriela Augusto, que por diversas vezes foi vítima de transfobia durante processos seletivos, a consultoria já realizou dezenas de workshops e formações sobre como a diversidade deve ser valorizada e promovida em diferentes contextos.

A ideia é promover a empregabilidade não só para as pessoas trans e LGBTQs, mas para todos os grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, negros e negras, e pessoas com deficiência.

“Temos iniciativas pensadas para o desenvolvimento profissional das pessoas que fazem parte de grupos minorizados, como também iniciativas pensadas para ajudar as empresas a promover treinamentos, pensar estratégias de recrutamento e trabalhar com processos seletivos”, explica Gabriela.

Os dados confirmam que a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento profissional é uma das principais dificuldades das mulheres trans. De acordo com a ONG TransgenderEurope, 90% dessa população está na prostituição, em condições de extrema vulnerabilidade. Segundo a diretora da Transcendemos, as dificuldades estão nos mínimos detalhes. Os departamentos de recursos humanos da maioria das empresas, por exemplo, não estão preparados nem mesmo para usar o pronome adequado à identidade de gênero do profissional avaliado.

“Podemos dizer que tivemos alguns avanços nos últimos anos. Existe uma série de empresas que estão pensando em iniciativas de contratação, mas temos um longo caminho pela frente. As pessoas trans ainda se deparam com grandes barreiras na hora de conseguir um emprego CLT, uma oportunidade mais justa”, lamenta Augusto.

Data: **31/01/2020**

Título: **Província argentina declara emergência após 6 crianças indígenas morrerem de fome**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/62880/provincia-argentina-declara-emergencia-apos-6-criancas-indigenas-morrerem-de-fome>

O problema arrasta-se há anos e reflete a situação de pobreza extrema que atinge as comunidades indígenas na província, nomeadamente nos departamentos de Orán, Ribadavia e San Martín, perto da fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Ali foi agora decretado o estado de emergência, que implica o reforço dos programas sociais e de cuidados médicos por um período de 180 dias.

Ao longo deste mês, em pleno Verão austral, seis crianças com idades entre seis meses e três anos, pertencentes à comunidade indígena Wichí, morreram, com sintomas de deficiências alimentares crônicas, vômitos e diarreias, refere a *RT*, acrescentando que estão internados pelo menos outros 20 menores, dez dos quais com um quadro clínico grave e os outros com perspectiva de recuperação.

Pela parte do governo central argentino, Daniel Arroyo, ministro do Desenvolvimento Social, anunciou esta semana que vai apoiar o executivo de Salta com a entrega de alimentos, água potável e reforço dos serviços de saúde.

Em declarações recolhidas pelo portal *Movimiento Político de Resistencia*, David Torres, representante do povo Lule, sublinhou que a região está terrivelmente empobrecida: há falta de trabalho, dificuldade de acesso à saúde, à educação, aos alimentos e à água potável, além de que as comunidades indígenas são discriminadas e alvo de racismo.

Deu como exemplo destas dificuldades o fato de uma das duas ambulâncias ao serviço do hospital de Tartagal estar fora de serviço por problemas técnicos, e lembrou que, apesar de na província de Salta existir o único Ministério de Assuntos Indígenas do país, a maior parte dos médicos do Estado se foi embora, até por causa da política recente de austeridade.

Torres disse ainda que a população rural, de baixos recursos – na sua maioria indígena –, acaba por consumir água contaminada por agrotóxicos, que são usados no agronegócio (sobretudo agropecuária) que invadiu a região.

Na peça *El lento genocidio wichí: catástrofe humanitaria*, publicado no portal *ResumenLatinoamericano*, sublinha-se precisamente a dimensão da catástrofe de povos que vêm, há anos, a fronteira do agronegócio avançar sobre o seu modo de vida – sustentável – e trazer a fome, a sede e a contaminação.

Contundente, o médico Rodolfo Franco afirma que estão a matar os indígenas «à fome, com má educação, com má saúde» e sublinha que, sendo necessário um médico para cada 600 pessoas, ele presta cuidados a duas localidades, uma com 4000 e outra com 2000 habitantes.

Os números que agora chocam, em 2020, seguem-se a outros registados em 2011, 2016, 2017, em que crianças morreram desnutridas e doentes ou já nasceram mortas, porque as suas mães tinham demasiada fome e sede, cercadas pelo abandono e a incúria, refere a reportagem.